



## DOSSIÊ

### 3 *O Samba ganha avenida: reflexões sobre a construção do Sambódromo do Rio de Janeiro*

*(Samba “conquers the Avenue”:  
reflections on the construction of the Rio de Janeiro Sambodromo)*  
*(Samba gana Avenida:  
Reflexiones sobre la construcción del Sambódromo de Río de Janeiro)*

*Gustavo de Queiroz Mesquita Farias<sup>1 2</sup>*

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia do IESP/UERJ e aluno da Licenciatura em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ. Bacharel em Ciências Sociais desde de 2019 pelo IFCS/UFRJ e mestre em Sociologia pelo IESP/UERJ desde 2021. Pesquisador e colaborador do grupo de pesquisa Casa, vinculado ao IESP/UERJ, desde 2020. Atualmente, pesquisa sobre as dimensões políticas e poéticas da construção do Sambódromo do Rio de Janeiro e tem interesse e atuação nas áreas de Sociologia, Antropologia e História Urbana e do Urbanismo. ID Lattes: 7055254683959257. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7819-0364>.

<sup>2</sup> Gostaria de expressar meu profundo agradecimento à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), pela concessão de bolsa durante o curso do doutorado.



**Resumo** – Apesar do carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro ser um tema bastante explorado pelas ciências sociais, ainda há uma carência de estudos que dediquem-se sobre os processos sociais de produção e construção social (Low, 1996; 2014) do primeiro espaço fixo e dedicado aos desfiles carnavalescos, o Sambódromo da Marquês de Sapucaí. Neste artigo, dando continuidade à pesquisa com notícias do Jornal do Brasil que resultou na minha dissertação, busco compreender como a construção física da Passarela evocou uma tensão entre imaginários de passado e futuro aparentemente antagônicos, durante um período crucial da história recente brasileira: a redemocratização. Meu objetivo vem sendo compreender como a Passarela do Samba também é resultado de escolhas políticas e poéticas (Larkin, 2020) que apostaram em determinadas reconfigurações, não só do carnaval das escolas de samba, mas também do espaço urbano do Rio de Janeiro e da democracia brasileira.

**Palavras-chave:** Sambódromo; Avenida Marquês de Sapucaí; Carnaval das escolas de samba; Rio de Janeiro; Redemocratização.

**Abstract** – Although the Rio de Janeiro samba school carnival is a widely explored topic in the social sciences, there is still a lack of studies dedicated to the social processes of production and social construction (Low, 1996; 2014) of the first fixed space dedicated to carnival parades, the Marquês de Sapucaí Sambadrome. In this article, continuing the research with news from Jornal do Brasil that resulted in my dissertation, I seek to understand how the physical construction of the Sambadrome evoked a tension between apparently antagonistic imaginaries of past and future, during a crucial period in recent Brazilian history: redemocratization. My objective has been to understand how the Sambadrome is also the result of political and poetic choices (Larkin, 2020) that bet on certain reconfigurations, not only of the samba school carnival, but also of the urban space of Rio de Janeiro and Brazilian democracy.

**Keywords:** Sambadrome; Marquês de Sapucaí Avenue; Carnival of the samba schools; Rio de Janeiro; Redemocratization.



## GUSTAVO DE QUEIROZ MESQUITA FARIAS

***Resumen** – Si bien el carnaval de las escuelas de samba de Río de Janeiro es un tema ampliamente explorado por las ciencias sociales, todavía faltan estudios que se centren en los procesos sociales de producción y construcción social (Low, 1996; 2014) del primer espacio fijo dedicado hasta los desfiles de carnaval, el Sambódromo Marquês de Sapucaí. En este artículo, continuando la investigación con noticias del Jornal do Brasil que resultó en mi disertación, busco comprender cómo la construcción física de la Passarela evocó una tensión entre imaginarios aparentemente antagónicos de pasado y futuro, durante un período crucial de la historia reciente de Brasil. : redemocratización . Mi objetivo ha sido comprender cómo la Passarela do Samba es también el resultado de elecciones políticas y poéticas (Larkin, 2020) que invirtieron en ciertas reconfiguraciones, no solo del carnaval de las escuelas de samba, sino también del espacio urbano de Río de Janeiro y democracia brasileña.*

***Palabras clave:** Sambódromo; Avenida Marqués de Sapucaí; Carnaval de la escuela de samba; Río de Janeiro; Redemocratización.*

3 No Estado da Guanabara, o último governador eleito pelo voto direto e popular foi Negrão de Lima (1965-1971) e, portanto, a cidade do Rio de Janeiro só teve governadores eleitos por via voto indireto a partir de 1971, com a eleição indireta de Chagas Freitas ao cargo de chefe do poder executivo estadual.

4 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

5 Tradução nossa.

## Introdução

Projetada pelo arquiteto carioca Oscar Niemeyer, a *Passarela Professor Darcy Ribeiro*, popularmente conhecida como *Sambódromo da Marquês de Sapucaí*, *Passarela do Samba* ou *Avenida dos Desfiles*, consiste em um conjunto de instalações multifuncionais (Coelho, 2009) dispostas ao longo da Avenida Marquês de Sapucaí e da Praça da Apoteose, localizadas entre os bairros da Cidade Nova e do Catumbi, na zona central da cidade do Rio de Janeiro. O Sambódromo foi construído entre os anos de 1983 e 1984, ou seja, cerca de 6 anos após a transferência dos desfiles para a rua Marquês de Sapucaí e sua principal função era sediar os desfiles carnavalescos das escolas de samba do *Grupo Especial* do Rio de Janeiro, mas as instalações também abrigaram escolas públicas, além de serem utilizadas, ocasionalmente, para grandes eventos, como shows. A partir da inauguração da Passarela, no carnaval de 1984, a mega superestrutura modernista tornou-se o principal e mais prestigiado palco dos desfiles das escolas de samba no Rio de Janeiro, sediando os dois maiores campeonatos fluminenses, o *Grupo Especial* e a *Série A*, popularmente apelidado de *Grupo de Acesso*, além de outros campeonatos, como, por exemplo, os desfiles de bloco e de grandes socieda-

des, e, posteriormente, das escolas de samba mirins.

A obra foi uma iniciativa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em parceria com o Governo do Estado, durante as gestões municipais dos prefeitos Jamil Haddad (1983) e Marcelo Alencar (1983-1986), ambos indicados ao cargo pelo governador Leonel Brizola, durante seu primeiro mandato como chefe do executivo do Estado do Rio de Janeiro (1983-1987). Brizola foi não só o primeiro governador democraticamente eleito no Estado do Rio de Janeiro após a unificação do Estado da Guanabara ao Estado do Rio de Janeiro, em 1975, mas também foi o primeiro governador fluminense<sup>1</sup> eleito via voto popular desde 1964, quando a Ditadura indicou indiretamente Paulo Francisco Torres como governador biônico do Estado do Rio de Janeiro (1964-1966).

Neste texto, prosseguindo com a pesquisa que resultou na minha dissertação<sup>4</sup> de mestrado, concentro-me em analisar o “processo social de produção e construção”<sup>5</sup> (Low, 1996; 2014) da Passarela Professor Darcy Ribeiro, o Sambódromo do Rio de Janeiro. A partir da análise de notícias do *Jornal do Brasil*, entre os anos 1977 – início do projeto de um sambódromo carioca (e 1984, inauguração da Passarela), busco neste artigo traçar uma reflexão quanto às ambivalências imbuídas na obra do Sambódromo.



Ademais, o Sambódromo é o primeiro grande projeto de um governo estadual democraticamente eleito no Rio de Janeiro e seu projeto materializa concepções e programas políticos de educação, cultura e patrimônio alinhados aos os imaginários de futuro (O'Donnell; Sampaio; Cavalcanti, 2020) do Socialismo Moreno brizolista, de um Brasil mais democrático e igualitário. Entretanto, sua obra é muitas vezes vista como um marco arquitetônico do processo de espetacularização do carnaval das escolas de samba (Farias, 1995), que alinha a festa aos interesses do grande mercado de turismo e cultura. Para mais, a escolha da rua Marquês de Sapucaí, no bairro da Cidade Nova, para sediar o projeto é espinhosa, ao ir em contramão a um decreto municipal que previa a reurbanização do bairro através de construção de moradias, comércios e escolas na rua. O Sambódromo é visto e denunciado pelas associações de moradores como um acirramento do processo de esvaziamento do bairro e remoção de moradores, divergindo do programa político de habitação da gestão brizolista, cuja figura do secretário do trabalho e habitação, liderança do movimento negro fluminense, Carlos Alberto Oliveira dos Santos, mais conhecido como Caó, implementaria uma série de políticas estaduais em prol da proteção e dignificação das moradias e famílias de favelas, periferias e ocupações. Assim, este

artigo trata-se de um exercício de encarar a complexidade desse monumento, compreendendo que ele permite refletir quanto a prioridades, desejos, interesses, passados e futuros urbanos, projetos políticos, investimentos econômicos, práticas de governo, expectativas sociais, prioridades públicas ou preferências culturais e estéticas (Larkin, 2020; Howe et al, 2016; p.2-3), muitas vezes, aparentemente antagônicos.

### **Abram-alas, Sapucaí**

[...] O clima nas Ruas Frei Caneca e Marquês de Sapucaí é de medo e incerteza. Nos botequins e quitandas, as reclamações são muitas, já que a maioria não sabe a quem recorrer.

"Eu pago Cr\$ 500 de aluguel. Já procurei um lugar para morar, mas os aluguéis são três vezes mais altos"- disse Nilson Ramos Gonçalves, que trabalha numa loja de lapidação, na rua Marquês de Sapucaí, 379 [...].

(Jornal do Brasil – 06/07/1977, p.15)

(...) Na Secretaria de Obras, em São Cristóvão,



## GUSTAVO DE QUEIROZ MESQUITA FARIAS

debruçado sobre a maquete e a planta do plano da Cidade Nova, o chefe da Superintendência Executiva de Projetos Especiais, arquiteto Eiter Roberto Nogueira de Sá, lamenta: “O problema do Catumbi é uma pena. Seria bom deixar ali aquelas casinhas antigas, mas é a cidade que se renova, é o progresso.” (...)

(Jornal do Brasil – 06/06/1977, p.4-5)

Em 1977, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, sob a administração de Marcos Tamoyo (1975-1979), decidiu transferir os desfiles carnavalescos das escolas de samba de 1978 da Avenida Presidente Vargas, no bairro do Centro, para a rua Marquês de Sapucaí, no bairro da Cidade Nova. Esta era uma via menor e perpendicular à Presidente Vargas, que conectava-a ao bairro do Catumbi, um bairro residencial, aos pés do Morro de Santa Teresa. Tamoyo era, então, o primeiro prefeito da capital a assumir o cargo após a unificação do antigo Estado da Guanabara ao Estado do Rio de Janeiro e prometia, com transferência dos desfiles, construir na Marquês de Sapucaí um conjunto de arquibancadas e camarotes fixos para os desfiles das agremiações, isto é, um inédito *sambódromo* para o carnaval do Rio de Janeiro.

Se pode parecer estranho o engajamento da Prefeitura na construção de instalações fixas para uma festa que dura apenas 4 dias do ano, com a obra, o prefeito intencionava por fim ao longo processo de montagem e desmontagem das arquibancadas provisórias, que acarretavam em grandes prejuízos ao trânsito e orçamento da capital fluminense. Ademais, a armação das estruturas metálicas para as arquibancadas e camarotes demorava cerca de 6 a 7 meses e, portanto, obstruíam, por metade do ano, uma das pistas da Presidente Vargas, até hoje, uma das principais vias de conexão entre a Zona Norte e o centro administrativo, econômico e político do Rio de Janeiro. Já a Marquês de Sapucaí era uma via que, diante da conclusão das obras da Linha Lilás, perderia importância na dinâmica do trânsito da cidade, pois este novo conjunto de viadutos permitiriam interconectar, por via expressa, o bairro do Santo Cristo, na zona portuária e central da cidade, ao bairro das Laranjeiras, na Zona Sul carioca, por via do Túnel Santa Bárbara, situado entre o Catumbi e Laranjeiras. Assim, diante da conclusão da Linha Lilás, obstruir a rua Marquês de Sapucaí com arquibancadas, fixas ou provisórias, já não seria um sacrifício ao bom fluxo de veículos da cidade como era a Presidente Vargas.

No entanto, o anúncio sobre os novos rumos





6 Rua Marquês de Sapucaí, Rua Frei Caneca, Travessa 11 de maio, Rua Senhor do Matosinhos, Travessa Senhor do Matosinhos, Av. Salvador de Sá, Rua Heitor Carrilho e Rua Aníbal Benévolo, segundo o Jornal do Brasil de 6 de julho de 1977.

7 *Jornal do Brasil* de 03 de agosto de 1977.

8 Nascida da união dos imortais bambas do Estácio, hoje, a G.R.E.S Unidos de São Carlos foi rebatizada por G.R.E.S Estácio de Sá.

10 Referência ao samba do G.R.E.S Império Serrano Bum Bum Paticumbum Prugurundum (1982), que narra em forma de samba-enredo, a trajetória das escolas de samba ao longo do século XX.

11 A AESCRJ, fundada em 1952 e extinta em 2015, foi a primeira - e única - liga a unir e organizar todos os grupos de desfiles de escolas de samba do Rio de Janeiro, entre os carnavais

## GUSTAVO DE QUEIROZ MESQUITA FARIAS

do carnaval soou como uma marcha fúnebre para alguns cariocas, pegos de surpresa pela boa-nova carnavalesca. Com um prazo de 12 dias para abandonar a sua loja, em que trabalhou por mais da metade de sua vida, o Sr. Manoel Nascimento Neves, já com seus 82 anos de idade, estava revoltado em ter que arrumar um novo endereço, após 58 anos trabalhando em sua barbearia, no número 303, da rua Marquês de Sapucaí. Junta-se a ele moradores e comerciantes de 243 imóveis, localizados em 8 ruas<sup>6</sup> no entorno da rua Marquês de Sapucaí, que foram surpreendidos com a notícia de que teriam que abandonar, em apenas uma dúzia de dias, suas casas, vilas, lojas, vizinhos, rotinas e memórias, pois estas viriam a baixo a fim de dar espaço ao futuro do carnaval e do samba.<sup>7</sup> Nem a quadra da tradicional G.R.E.S Unidos de São Carlos<sup>8</sup>, a primeira agremiação a usar o título de “escola de samba”, nem a sede do bloco de carnaval Bafo da Onça, cuja famosa rivalidade com o Cacique de Ramos tornava os carnavais cariocas muito mais agitados, sobreviveram as demolições nos bairros da Cidade Nova e Catumbi, intensificadas durante a gestão Tamoyo diante das obras da Linha Lilás e suas consequências, como a ideia de construir um sambódromo na Marquês de Sapucaí.

Na parte que toca às escolas de samba, era de se esperar certa resistência com a transferência dos

desfiles, visto que foi atrás da Igreja da Candelária, que proferia ares barrocos a festa, na Presidente Vargas, onde o samba “*construiu seu apogeu*”<sup>10</sup>. Ocupar a Avenida Presidente Vargas durante os dias de carnaval foi, depois da conquista do direito de desfilar na Avenida Rio Branco, um marco do reconhecimento público do valor e importância do carnaval das escolas de samba como principal festejo carnavalesco e manifestação cultural da cidade do Rio de Janeiro, nas décadas de 1950 e 1960. No entanto, o projeto de construir-se um *sambódromo*, isto é, um espaço fixo para receber os desfiles das escolas de samba, era um desejo antigo de sambistas e escolas. Membro fundador da G.R.E.S Imperatriz Leopoldinense e presidente da Associação das Escolas de Samba da Cidade do Rio de Janeiro (AESCRJ)<sup>11</sup> Amaury Jório foi um dos maiores incentivadores e promotores da ideia, ao longo da década de 1970. Para mais, o projeto de erguer um sambódromo na rua Marquês de Sapucaí colocava um fim a um fantasma que vinha assombrando as agremiações: o projeto de transferir os desfiles para o, então, distante Autódromo de Jacarepaguá. Desde os anos 1960, a ideia de deslocar os desfiles das escolas de samba para as freguesias próximas da, em plena expansão, Barra da Tijuca, na Baixada de Jacarepaguá, Zona Oeste carioca, foi defendida por políticos e governadores da antiga



de 1953 a 1984, permitindo, assim, estruturar um esquema de ascensão e rebaixamento entre os grupos. Em 1984, com a fundação da Liga Independente das Escolas de Samba (LIESA), que passou a organizar os desfiles do Grupo Especial, a AES-CRJ começou a se desmembrar em outras ligas e, até então, não há uma entidade que conseguiu conglomerar todos os grupos novamente em uma única liga.

## GUSTAVO DE QUEIROZ MESQUITA FARIAS

Guanabara. Um sambódromo, mesmo que em uma avenida não tão ilustre quanto a Presidente Vargas ou a Rio Branco, colocava um fim na ideia impopular de fazer o carnaval distante do Centro da cidade, ou, como alegavam os sambistas, das raízes do samba e berço dos antigos carnavais. Peripécias cariocas, em certa medida, a transferência do carnaval das escolas de samba para a Sapucaí marcava um retorno, após 35 anos, às suas raízes mais antigas, visto que a rua ficava muito próxima do que sobrou da antiga Praça Onze de Junho, devastada após a construção da Avenida Presidente Vargas, em 1944.

Contudo, a pressa para desocupar e demolir as casas, vilas e comércios não resultou no cumprimento da promessa de um sambódromo na Marquês de Sapucaí para o carnaval de 1978. O projeto de fazer na avenida instalações fixas para receber os desfiles das escolas de samba ou mesmo de outras manifestações culturais e artísticas da cidade, como desfiles escolares e as paradas militares de sete de setembro, foi abandonado pela gestão municipal, que alegou faltar recursos para dar continuidade à obra. Na quarta-feira de cinzas de 1978, restou como legado das 243 desocupações e demolições, financiadas com dinheiro do Banco do Brasil, apenas a transferência do carnaval para uma arrasada rua Marquês de Sapucaí, sem os antigos sobrados e também sem arqui-

bancadas ou camarotes fixos para chamar de seus. Apenas 6 anos depois da transferência dos desfiles, em 1983, é que começariam as obras de construção de um sambódromo na rua Marquês de Sapucaí. Contudo, numa conjuntura política muito distinta de 1978 e dos governadores e prefeitos biônicos dos Anos de Chumbo.

### **Por uma abordagem antropológica do espaço**

Neste artigo, a partir de uma abordagem antropológica do espaço, venho analisando em minhas pesquisas o “processo social de produção e construção” (Low, 1996; 2014) da Passarela Professor Darcy Ribeiro, o Sambódromo do Rio de Janeiro, entre os anos 1983 e 1984. Isso significa em pensar tanto em como aconteceu o processo de criação física – a produção social do espaço – do Sambódromo quanto às transformações derivadas das relações, usos e apropriações das pessoas, da vida cotidiana, deste sítio – a “construção social do espaço” (Low, 1996; 2014). Defendo que tanto a construção quanto o uso do Sambódromo não podem ser analisados à parte de dimensões políticas, econômicas e estéticas. Proponho pensá-lo para além de seus aspectos técnicos, isto é, de como essa ação produtiva do Estado se adequa em solucionar questões e problemas funcionais quanto à disposição dos desfiles das escolas de sam-





ba na cidade. Meu objetivo vem sendo compreender, a partir da análise da *construção e produção social* do Sambódromo, como a Passarela do Samba também é resultado de escolhas *políticas e poéticas* (Larkin, 2020) que apostaram em determinadas reconfigurações, não só do carnaval das escolas de samba, mas também do espaço urbano do Rio de Janeiro e da democracia brasileira.

Neste texto, exploro como a construção do Sambódromo da Marquês de Sapucaí evoca uma tensão entre imaginários de passado e futuro aparentemente antagônicos. Ao mesmo tempo que o Sambódromo é um projeto encabeçado por uma gestão estadual progressista, imbuída por um projeto de redemocratização vanguardista, que pautava, a partir de sua construção, não só frear um processo de elitização do público dos desfiles carnavalescos, mas também sacralizar com uma passarela monumental uma manifestação artística amplamente popular, pensada, formulada e protagonizada por intelectuais e artistas negros dos subúrbios e favelas fluminenses, o Sambódromo, em sua estabilidade, proporcionou espaço para uma gestão do carnaval cada vez mais afeita a lógica do mercado de cultura e turismo (Farias, 2005; Cavalcanti, 2015), em certa medida, portanto, acirrando o processo de *espetacularização e canibalização* (Carvalho, 2010) da festa. Indo

além, ao mesmo tempo que a construção da Passarela busca consagrar e apontar ao futuro da carnaval, da cidade e da democracia, ela faz-se sobre os escombros e ruínas de uma rua que, outrora, pertenceu às cercanias da Praça Onze de Julho, coração da Pequena África carioca e berço tanto da samba quanto dos desfiles carnavalescos das escolas de samba do Rio de Janeiro.

### Questões teórico-metodológicas

Apesar de ter sido tradicionalmente interpretado por intelectuais e artistas, desde os anos 1930, como sinônimo de brasilidade, apenas a partir da década de 1970, com a publicação do clássico *Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro* (1979), do antropólogo Roberto DaMatta, e, posteriormente, com a publicação de *Carnaval brasileiro: O vivido e o mito* (1992), da socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz, é que de fato consolidou-se uma agenda mais ampla e qualificada nas ciências sociais brasileiras sobre o carnaval no Brasil, sobretudo, sobre os desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro. Contudo, o Sambódromo sempre foi um objeto tangenciando pelas pesquisas, carecendo de trabalhos de maior fôlego, nas ciências sociais, que dessem conta da complexidade do mo-



numento, sua produção e construção.

Em *O desfile e a cidade: o carnaval espetáculo carioca*, o sociólogo Edson Farias constrói um trabalho atento aos processos sócio-históricos de organização e gestão do carnaval das escolas de samba, sobretudo, quanto à relação das agremiações com o Estado e com o mercado. Distanciando-se de uma tradição interpretativa do carnaval das escolas de samba, que ressaltava a dimensão ritualística da festa, portanto, imbuído de um presentismo etnográfico e uma valorização do consenso, o sociólogo terá uma grande preocupação com as negociações e conflitos que, ao longo do tempo, sobretudo, com o processo de *espetacularização*, foram produzindo e construído o carnaval das escolas de samba tal como ele é. Analisando os desfiles desde seus primórdios, nos anos 1930, Farias tem um argumento interessante: em certa medida, o Sambódromo seria um marco arquitetônico do processo, gradual, de *espetacularização*, em que as escolas, cada vez mais, ganham autonomia frente à tutela do Estado e passam a organizar-se a partir de uma lógica mais afeita ao mercado.

(...) A inauguração da passarela definitiva em 1984 foi tanto o divisor de águas na história do Carnaval carioca como a última gota no esgarçar

de uma unidade já anêmica, ante a fisionomia delineada pela sua comercialização e inserção no estatuto do consumo cultural. A individualização do Desfile das “grandes” Escolas de Samba como superespectáculo popular acionou o disparo da lógica privatizante; a relação de forças entre os interesses assume outra proporção. (Farias, 2005, p. 349)

Assim, Farias tem uma enorme preocupação em demonstrar o processo sócio-histórico que desencadeou na emergência da necessidade de construção de arquibancadas e camarotes para os desfiles carnavalescos. Contudo, diante da extensão temporal da análise do autor, que analisa quase um século de samba, as negociações, conflitos e relações, *políticas* e *poéticas*, em torno da construção do Sambódromo ficam em segundo plano.

Em contrapartida, é no campo da arquitetura e urbanismo que afloram mais trabalhos preocupados em analisar a Passarela, inédita, de estilo modernista. Contudo, se felizes por buscar compreender os efeitos sociais da produção de espaço para o carnaval das escolas de samba na cidade do Rio de Janeiro, boa parte desses trabalhos concentram-se em pensar como o Sambódromo se adequa em solucionar



questões e problemas funcionais quanto à disposição dos desfiles das escolas de samba na cidade e como a infraestrutura se relaciona com seu entorno.

A tese de doutorado de Guilherme Araújo de Figueiredo, *Os desfiles da forma carnavalesca na rua reformada da arquitetura* (2009), é muito feliz tanto no aspecto de estruturar uma narrativa histórica quanto a construção da Passarela, narrando os principais fatos entre 1983 e 1984, quanto de pensar como a futura instalação mobilizou diversos atores e instituições sociais a discutir, disputar e negociá-la. Políticos, sambistas, jornalistas, arquitetos, engenheiros fazem parte da complexa trama de conflitos e consensos em torno da construção do Sambódromo (Figueiredo, 2009, p.17). Para além, o argumento central do autor é que o Sambódromo é resultado, principalmente, da mediação entre dois atores sociais: o arquiteto Oscar Niemeyer e o próprio carnaval das escolas de samba. Isso significa, a capacidade do arquiteto em traduzir as diversas demandas e questões postas em especificidade do Carnaval carioca em um projeto executável e dos processos sociais, culturais e históricos que constituíram o formato dos desfiles.

Outra contribuição importante na discussão é da arquiteta Luciane Moutinho Coelho, em sua dissertação *O Sambódromo da Samba? O impacto*

*de um grande equipamento urbano na revitalização da Cidade Nova, um bairro do Rio de Janeiro* (2009) em que a autora demarca a dificuldade do Sambódromo em se integrar ao território em seu entorno, após a conclusão da obra. Fato esse que será corroborado pela doutora em música, história e sociedade Laura Jouve-Villard, em seu artigo *L'espace insulaire du carnaval des écoles de samba de Rio de Janeiro* (Jouve-Villard, 2014), ao analisar o Sambódromo após a reforma olímpica de 2011 e 2012. Ambas as autoras, em certa medida, reforçam uma certa ideia de “ruínas” (Howe et al, 2016) do projeto modernista de Niemeyer, após sua conclusão, posto que a superestrutura não cumpriu com todas as funções as quais foi projetada.

Em minha dissertação, dediquei-me a demonstrar como a construção do Sambódromo foi um processo resultante de escolhas políticas e poéticas (Larkin, 2020) que apostaram em determinadas reconfigurações, não só do carnaval das escolas de samba, mas também do espaço urbano do Rio de Janeiro e da democracia brasileira. Ao encarar a obra como um processo, em que se negocia e se disputa a produção de um espaço na cidade, optei por analisar notícias de jornal, a fim de inteirar da narrativa diária em torno da construção do Sambódromo.



Para dar sustentação a minha pesquisa, selecionei notícias do Jornal do Brasil entre 1977 – ano da transferência dos desfiles da Avenida Presidente Vargas para a Rua Marquês de Sapucaí – a 1984 – ano da inauguração da Passarela do Samba. Em meio à crise simbólica, econômica e política que se instalou no Rio de Janeiro com a perda do status de distrito federal, o Jornal do Brasil, além dele ter sido um veículo de comunicação de ampla circulação no Rio de Janeiro, nos anos 1980, após a transferência da capital federal para Brasília e formação da cidade-estado da Guanabara, assumiu um papel importante na organização das discussões sobre os projetos e futuros urbanísticos da cidade do Rio de Janeiro (Alves, 2020). Outro fator que favoreceu o uso do Jornal do Brasil nesta pesquisa é que seu acervo encontra-se totalmente digitalizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN). Por meio da ferramenta de Reconhecimento Ótico de Caracteres, já foi possível fazer buscas textuais prévias no conteúdo do periódico, definindo por palavra-chave, a princípio, o termo “Sambódromo” e “Marquês de Sapucaí. Com base nisso, obtive, entre os anos 1977 e 1984, um total de 495 ocorrências, as quais analisei durante o mestrado e, agora, no doutorado. É a partir, inclusive, desse material, que escrevo este texto.

Entendo que as notícias de um jornal não po-

dem ser encaradas como um relato neutro e desinteressado de fatos ocorridos. Ainda assim, considero-as extremamente interessantes para análise sociológica em virtude delas permitirem analisar a dinâmicas e, sobretudo, conflitos, na produção de discurso quanto ao Sambódromo. Os jornais deliberadamente circulam certas pautas, ideias e projetos na mesma medida que preterem outros, já que:

(...) em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Foucault, 1971; p.9)

Ao tomar um jornal como meu *informante*, faz-se necessário o exercício de tomar nota sobre o que é dito e por quem é dito na mesma proporção quanto ao que não é dito e quem não é convidado a falar sobre a Marquês de Sapucaí. Assim, a imprensa escrita é uma fonte documental extremamente rica, pois também permite, em certa medida, nas presenças e ausências, compreender os conflitos entre narrativas.



### **O Socialismo Moreno cai no samba**

Se o uso de concreto armado, sem revestimentos ou decoração, imprime uma certa austeridade ao Sambódromo, o gigantismo da Passarela modernista, projetada por um arquiteto de renome internacional, somado ao obelístico grande arco, os azulejos de Athos Bulcão e o painel de Marianne Peretti, na Praça da Apoteose, tornam inegável a dimensão monumental contida no projeto da Passarela Professor Darcy Ribeiro. Não é para menos, em meio ao processo de redemocratização do país, que, desde 1979, vinha paulatinamente, sob a tutela dos militares, restaurando a democracia brasileira, o Sambódromo da Marquês de Sapucaí é a primeira grande obra durante a gestão do primeiro governador eleito diretamente pelo voto no Estado do Rio de Janeiro, desde a suspensão de eleições diretas, em 1966, pelo Ato Institucional n.º3.

Após 15 anos de cassação de direitos e sucessivos governos autoritários, em meio a uma grave crise econômica que assolava o Brasil e acentuava as já flagrantes desigualdades sociais brasileiras, somada a pressão política da oposição, em 1979, o general e ditador João Batista Figueiredo ascende ao cargo de presidente do Brasil. Figueiredo assume o regime ditatorial com a missão de tutelar o processo de rede-

mocratização. No mesmo ano, sanciona-se a lei que dá fim ao bipartidarismo, permitindo que a oposição se reorganizasse para além do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), e, logo em seguida, aprova-se a lei de anistia, permitindo o retorno, tão esperado, dos exilados e perseguidos políticos ao Brasil. O governo Figueiredo, portanto, anunciava o início de um longo processo de redemocratização e desmilitarização do governo federal. Junto a esse movimento, que encaminhava o Brasil de volta a um eixo mais democrático, afloram novas práticas urbanísticas que buscam repensar as formas e sentidos das cidades e da própria cidadania:

Atores sociais que antes estavam excluídos dos lugares de poder, como os partidos de esquerda, as associações de bairro e os movimentos de favelas, feministas, ecológicos e negros, ingressaram na administração pública, disputando por dentro dos órgãos e secretarias governamentais a produção e os sentidos das cidades. (Sampaio et al, 2020 p.12)

As eleições diretas para governadores em 1982 simbolizaram o início do fim da interferência do governo federal nos governos estaduais e, a muito contragosto dos apoiadores do regime, 10 estados





## GUSTAVO DE QUEIROZ MESQUITA FARIAS

12 Acre, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo.

13 Jornal do Brasil de 23 de março de 1983.

14 Jornal do Brasil de 4 de agosto de 1983.

15 Jornal do Brasil de 5 de setembro de 1983.

16 Jornal do Brasil de 23 de março de 1983.

elegeram governadores de oposição à Ditadura.<sup>12</sup> Enquanto 9 estados elegeram governadores do antigo MDB, protagonizando a vanguarda da redemocratização, o gaúcho Leonel Brizola, candidato a governador pelo recém fundado PDT (Partido Democrático Trabalhista), conquistou a vitória nas urnas fluminenses. Em 15 de março de 1983, Brizola, que tinha acabado de retornar do exílio no Uruguai, assume o governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo como vice-governador o antropólogo Darcy Ribeiro. Diante da lenta redemocratização do país, que ainda mantinha a eleição aos cargos de prefeito de algumas capitais sujeitas à nomeação dos governadores eleitos, Brizola designa o médico Jamil Haddad ao cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Após ter seus direitos políticos cassados por 10 anos pela Ditadura, Haddad assumiu a Prefeitura do Rio anunciando ao JB que uma das grandes prioridades de seu governo seria construir um *sambódromo* na cidade do Rio de Janeiro.<sup>13</sup>

Mobilizando razões técnicas de promover uma gestão mais eficiente tanto do espaço urbano quanto da festa, para além da questão econômica, a Prefeitura, em comunhão com o Governo do Estado, justificava o uso do dinheiro público para construir um espaço fixo para os desfiles das escolas de samba em virtude que isso diminuiria os impactos do carna-

val fluminense no funcionamento da cidade. Desde os anos 1960, os desfiles de carnaval das escolas de samba já eram a maior manifestação cultural e turística da cidade do Rio de Janeiro, reunindo, ano após ano, um público cada vez maior para assistir ao espetáculo carnavalesco. Atraindo multidões, tornou-se uma questão para as agremiações e a administração do município gerir o carnaval das escolas de samba no espaço urbano carioca. Para acomodar o número crescente de foliões e impedir que público, nos momentos de maior euforia, invadisse a pista durante os desfiles, problema recorrente em antigos carnavais, passou a ser necessário construir arquibancadas provisórias cada vez maiores e toda uma rede infraestrutural de iluminação, som, banheiros, bares, segurança, para além da decoração<sup>14</sup>. Por conseguinte, todos os anos, era necessário armar e desarmar as arquibancadas, que além de caras, demoravam 6 a 7 meses para serem montadas e desmontadas. Só no carnaval 1982, por exemplo, custou Cr \$1 bilhão 300 milhões ao cofres municipais armar e desarmar as arquibancadas provisórias<sup>15</sup>, o que equivalia, na época, aproximadamente um quinto da arrecadação mensal da capital fluminense.<sup>16</sup> Como justificou o governador Brizola, ao Jornal do Brasil:

(...) A solução é econômica, levando-se em conta



que é definitiva. Armar as arquibancadas como se vem fazendo é um ônus muito grande, porque arma-se e desarma-se e não se fica com nada. Para este ano, estão calculados Cr\$ 3 bilhões para esse trabalho. (Jornal do Brasil – 11/09/1983)

Primeira grande obra do Governo Brizola, o Sambódromo da Marquês de Sapucaí é um equipamento urbano construído no espírito do *Socialista Moreno*. A ampliação acesso à educação e cultura, principalmente, nas periferias foi uma das grandes bandeiras do governo Brizola, entendido como uma iniciativa fundamental para inserção de grupos marginalizados da sociedade brasileira na vida social, econômica e política do país, portanto, dotando-os de uma cidadania ativa, fundamental para o desenvolvimento econômico e autonomia política do país, segundo a doutrina do Socialismo Moreno, uma proposta de governo pedetista que combinava projetos do antigo trabalhismo varguista com as ideias das sociais-democracias europeias (Sento-Sé, 1999).

Pontapé inicial da política de valorização e reconhecimento da influência e importância da cultura negra para a formação histórica, econômica e cultural da cidade do Rio de Janeiro, o Sambódromo sacraliza os desfiles das escolas de samba no centro da cidade do Rio de Janeiro. A Avenida do Samba é,

talvez, o primeiro equipamento de cultura estadual na cidade dedicado integralmente a uma expressão artística da cultura popular e negra carioca, portanto, de acordo com a cartilha socialista morena de inclusão dos marginalizados nas agendas de política pública. A Passarela exprime em sua materialidade monumental o reconhecimento pelo governo estadual do valor e importância dos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro, uma manifestação artística negra cujas agremiações são sediadas, em sua esmagadora maioria, em favelas e subúrbios cariocas (Sento-Sé, 1999) e atendendo a uma demanda antiga das agremiações e sambistas.

Soma-se a isso o fato da Passarela Darcy Ribeiro também abrigar embaixo de suas arquibancadas 200 salas de aulas de pioneiros Centros Integrados de Educação Pública. Com a historiadora Maria Yedda Linhares a frente da Secretaria de Educação, os Cieps foram um dos projetos propostos no Programa Especial de Educação (PEE), que a partir do diálogo com educadoras, estruturou uma série de medidas, integradas entre si, que visavam ampliar radicalmente o acesso a educação no Estado do Rio de Janeiro, oferecendo aos mais empobrecidos fluminenses a oportunidade de matricular seus filhos em escolas públicas de excelência, disponibilizando alimentação, esporte, atendimento médico e odon-



18 Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/decretosmunicipais/>

19 Jornal do Brasil de 13 de setembro de 1983.

20 Jornal do Brasil de 6 de junho de 1977.

## GUSTAVO DE QUEIROZ MESQUITA FARIAS

tológico e até moradia aos alunos. (Sento-Sé, 1999; p.167). Tanto os Cieps quanto a política cultural e patrimonial de valorização da cultura negra carioca dos governos pedetistas refletem interpretações, da época, sobre as dimensões possíveis de cidadania e democracia, que abarcavam o direito à educação, à cultura e igualdade racial, após os 21 anos de cassação de direitos e liberdades individuais e coletivas.

É relevante também destacar a ambição de Niemeyer em reunir festa e povo<sup>17</sup>, freando o processo de processo de comercialização e espetacularização do carnaval, que a partir da cobrança de ingressos e camarotes cada vez mais luxuosos, limitava, muitas vezes, o acesso de sambistas e foliões dos subúrbios e favelas, em que estão sediadas as próprias escolas de samba. Com as gerais, Niemeyer pretendia constituir um espaço no futuro Sambódromo para os mais empobrecidos enquanto as arquibancadas e camarotes abrigariam as classes médias e turistas, mantendo, com a cobrança de ingressos, o carnaval das escolas de samba uma festa rentável para seus artistas e agremiações. Dessa forma, o governo pedetista também mobilizou a Passarela não só como um projeto de cidade e de carnaval, mas também de divulgação dos seus ideais e noções de democracia.

## Adeus, Sapucaí

Apesar das promessas de modernidade urbana e democracia que nascem com a anunciação do projeto da Passarela, o Governo do Estado e a Prefeitura do Rio de Janeiro esqueceram de calcular em seus planos os efeitos da insatisfação dos moradores do Catumbi e Cidade Nova quanto a construção de uma mega superestrutura de concreto ao longo de 700 metros de uma das principais vias do bairro. Para mais, após três décadas de intensas remoções e demolições na região, a ideia de dar continuidade ao plano de 1977, do prefeito Marcos Tamoyo, e aproveitar o espaço vazio, fruto das demolições dos imóveis na Marquês de Sapucaí não foi nada bem recebida pelos resistentes moradores do Catumbi e Cidade Nova, pois estes esperavam ansiosamente que a Prefeitura cumprisse o decreto 2.534, de 14 de março de 1980<sup>18</sup>, que previa a revitalização da área. Fruto da mobilização política dos moradores e associações, o Plano de Reformulação da Cidade Nova (1980) substituiu o antigo Plano Diretor de Renovação Urbana (1966) e previa a utilização da rua Marquês de Sapucaí para obras de revitalização dos bairros, com a construção de prédios residenciais e mistos, escolas de 1º e 2º graus, creches e áreas de lazer<sup>19</sup>, possibi-



21 Jornal do Brasil de 14 de setembro de 1983.

22 Jornal do Brasil de 14 de setembro de 1983 – itálicos meus.

## GUSTAVO DE QUEIROZ MESQUITA FARIAS

litando o retorno de antigos moradores e freando o processo de esvaziamento dos bairros, instaurado desde os anos 1960, com a inauguração do Túnel Santa Bárbara.

Assim, construir um sambódromo na Marquês de Sapucaí ia na contra-mão dos interesses dos moradores e da própria lei, duramente conquistada pela mobilização popular. Para mais, as associações também temiam que as obras da Passarela, além de acarretar novas remoções e demolições, proporcionassem também uma alta na especulação imobiliária nos bairros, aumentando o valor dos imóveis e alugueis e tornando inviável aos antigos moradores se manterem nos bairros. Importante frisar, segundo dados coletados pela Associação de Moradores do Catumbi e divulgados ao JB, que entrevistou 1 mil 322 famílias, 75% dos moradores eram inquilinos, em 1977<sup>10</sup>, portanto, grande parte da população do Catumbi estava vulnerável às flutuações dos preços dos alugueis e os caprichos dos proprietários. O presidente da Amoracin (Associação de Moradores e Amigos da Cidade Nova), o advogado Paulo Cantuária, manifestou sua indignação ao JB, afirmando que “(...) por quatro dias de carnaval estamos esquecendo toda uma população que vive em condições subumanas, o que é espantoso num Governo de opção, de mudança” (Jornal do Brasil, 1983)<sup>21</sup>

Dessa maneira, construir o Sambódromo na Marquês de Sapucaí, para moradores, significava

um desrespeito ao compromisso jurídico firmado entre as associações e a Prefeitura quanto ao futuro urbanístico do bairro e, indo além, “(...) *a pá de cal em cima dos bairros*”<sup>22</sup>, vítimas de projetos arrasa-quarteirão desde os anos 1960. As associações de moradores são enfáticas em afirmar que desejavam que os bairros retornassem a ser zonas residenciais e reivindicavam do poder público ações voltadas a políticas de habitação e educação. Em vista de um abandono e intensas reformas urbanísticas, que favoreceram túneis e viadutos, diversos moradores se viram obrigados a migrar enquanto os comércios e quitandas fechavam as portas. Os moradores acusavam o Governo do Estado em assombrá-los com as remoções, desde a década de 1940, a fim de estimulá-los a não preservar os imóveis e, por conseguinte, provocar uma desvalorização dos tradicionais sobrados. Em conseguinte, sucessivos governos da antiga Guanabara afirmavam, a partir de pareceres técnicos da Secretaria de Obras, que boa parte dos antigos sobrados se encontravam deteriorados ou mesmo em ruínas e, portanto, a demolição se justificaria a fim de requalificar e reocupar uma área urbana já provida de boas infraestruturas de mobilidade urbana, mas abandonada.

Após protestos e ações das associações e moradores, deu-se início a negociações. Antônio Cassus, presidente da Associação de Moradores do Estácio, chegou a propor à Prefeitura que a Passarela fos-



## GUSTAVO DE QUEIROZ MESQUITA FARIAS

se construída em outro local, o antigo Derby Club, ao lado da Avenida Radial Oeste, perto do Estádio do Maracanã.<sup>23</sup> No entanto, a 5 meses do carnaval, diante da pressa de erguer a Passarela a tempo do carnaval de 1984, substituir o local da obra era demasiadamente custoso e, para além disso, o Derby Club, antigo espaço de corrida de cavalos, era muito pequeno para o empreendimento, tornando inviável a transferência.

O prefeito Jamil Haddad se disponibilizou a dialogar com os moradores e apresentar o projeto do Sambódromo às comunidades. Uma das contrapartidas apresentadas para convencê-los das vantagens da Passarela foi que parte das demandas pela revitalização dos bairros seriam atendidas pelo projeto de Niemeyer, que projetou o Sambódromo como um espaço multifuncional (Coelho, 2009). O secretário municipal de turismo, Nestor Rocha, a dois meses no cargo e já frente da obra e da resolução do conflito entre moradores e Estado, informou ao JB que:

Acho que todos os problemas serão contornados. À comunidade vai ganhar uma escola enorme, com 200 salas e temos ideia ainda de instalar uma creche que atenda à população carente, um posto de saúde, um posto policial além de oficinas de artesanato e lojinhas. Aos sábados

e domingos, poderemos entregar a rua aos moradores, delimitando-a como área de lazer, com quadras polivalentes marcadas no asfalto. Nossa intenção é melhorar as condições de vida da comunidade local, oferecendo mais opções nas áreas de cultura e lazer. Nosso governo está aberto ao diálogo. (Jornal do Brasil – 14/09/1983)

Por fim, a Prefeitura, o Governo do Estado e as associações de moradores do Estácio, Catumbi e Cidade Nova conseguiram chegar a um acordo: em contrapartida a construção da Passarela na Rua Marquês de Sapucaí, o Governo do Estado e a Prefeitura assumiriam o compromisso de assistir a região com escolas de 1º e 2º graus, áreas de lazer e construir conjuntos habitacionais no bairro do Catumbi. Com a construção de edifícios residenciais populares, as associações esperavam possibilitar o retorno de quase 2 mil antigos moradores à região. Para além disso, o Governo do Estado garantiu que ocorreriam novas demolições.

### Considerações finais

Imbricado de dimensões políticas e poéticas, parece-me que o Sambódromo da Marquês de Sapucaí não pode ser encarado apenas como a construção de um espaço funcional para receber os desfiles car-





navalescos das escolas de samba, que visava somente resolver problemas e questões técnicas da urbe carioca. Longe de ser uma demanda natural do crescimento do carnaval e da cidade do Rio de Janeiro, o Sambódromo, para além de técnico, é um projeto resultado de uma série de escolhas *políticas e o poéticas* (Larkin, 2020), que apostaram em uma determinada reconfiguração do espaço urbano do Rio de Janeiro, orientada com as vanguardas políticas que assumiam cargos no executivo estadual e municipal, sob o espírito do Socialismo Moreno. Ademais, a ideia de usar uma intervenção arquitetônica a fim divulgar ideias, produzir identidades, simbolizar mudanças sociais e políticas ou mesmo fazer propaganda de um governo não é nenhuma novidade do Governo Brizola. Obras, de pequenas infraestruturas e superestruturas refletem significados e prioridades sociais (Howe et al, 2016; p.2), patrimônios e monumentos, como uma forma de escrita da história, “metaforizam relações imaginadas” (Guimarães, 2008 p.99).

Neste trabalho, tentei demonstrar a dimensão contraditória do Sambódromo, que, ao mesmo tempo nasce da ambição da Prefeitura e do Governo do Estado de erguer um monumento embebido pelas ideias do Socialismo Moreno brizolista, materializa “imaginários de futuro” (O’Donnell; Sampaio; Cavalcanti, 2020) quanto a democracia brasileira,

a cidade do Rio de Janeiro e o carnaval carioca, ele tenciona o território onde ergueu-se a Passarela modernista. Dessa forma, a narrativa que apenas o consagra como marco arquitetônico de um processo de espetacularização é parcial, pois desconsidera outros sentidos e significados atribuídos à obra.

Indo além, é importante frisar que, em contramão as políticas de remoção de famílias empobrecidas e faveladas que redesenharam a cidade do Rio de Janeiro, durante a Ditadura Civil-Militar, o Governo Brizola é um marco de novas formas de relação entre o Governo do Estado fluminense e as cidades e seus moradores. A partir da atuação do secretário do trabalho e habitação, liderança do movimento negro fluminense, Carlos Alberto Oliveira dos Santos, mais conhecido como Caó, implementou-se durante a gestão brizolista uma série de programas de habitação, em parceria com diversas secretarias e órgãos estaduais e municipais, que buscavam não só legalizar a moradia de famílias em favelas ou ocupações, como o programa *Cada família, um lote*, mas também dignificar essas moradias e garantir a permanência das famílias, ao disponibilizar o acesso inédito de serviços públicos como saneamento básico e energia elétrica, nos programas *Eletrificação de Favelas* e *Gari Comunitário*, construindo, portanto, um repertório da atuação estadual de intervenções urbanísticas em

## GUSTAVO DE QUEIROZ MESQUITA FARIAS

favelas (Cavalcanti, 2008, p.73). Essa nova forma de política urbana soma-se aos projetos educacionais e patrimoniais da gestão pedetista.

Contudo, apesar disso, a Passarela também representava, aos moradores do Catumbi e Cidade Nova, “(...) *a pá de cal em cima dos bairros*”<sup>24</sup>. Após três décadas de intensas remoções e demolições de imóveis, que resultaram em um profundo esvaziamento dos antigos bairros residenciais, o anúncio da obra souu fúnebre para os moradores dos bairros do Catumbi e Cidade Nova, que esperavam ansiosamente que a Prefeitura cumprisse o novo Plano de Reformulação da Cidade Nova, de 1980, Com a reurbanização da rua Marquês de Sapucaí, as associações de moradores ambicionavam revitalizar a região e frear o processo de esvaziamento. Ademais, diante da ação de sucessivas administrações do Governo do Estado da Guanabara, dispostas em fazer o trânsito do Rio fluir, o Catumbi e a Cidade, antes esquecidos bairros nos sopé do Morro de Santa Teresa, transformaram-se, por três décadas, em um canteiro de intermináveis grandes obras de mobilidade urbana.

Assim, o Catumbi e a Cidade Nova, apesar de serem bairros importantíssimos na histórica cultural da cidade do Rio de Janeiro (Carvalho, 2019), sofreram, ao longo do século XX, intensos processos de

urbanização e reurbanização que pouco se preocuparam em preservar naquele território as redes de indivíduos conectados, suas práticas, heranças e histórias (Chuva, 2020) que, por exemplo, foram fundamentais para o desenvolvimento do samba carioca e dos desfiles das escolas de samba, práticas culturais do Rio de Janeiro que se confundem com a própria identidade nacional. É extremamente curioso pensar a ambivalência de que decidiu construir o futuro do samba e do carnaval, e, em certa medida, do país e sua democracia, sobre as ruínas da Praça Onze, coração da Pequena África carioca, berço do samba e do carnaval.

Se é verdade que a ideia de construir o Sambódromo na rua Marquês de Sapucaí não foi uma iniciativa do Governo Brizola e que grande parte dos terrenos para obra já se encontravam vazios em vista de demolições e remoções muito anteriores à eleição do governador pedetista, contudo, foi uma escolha da Prefeitura e do Governo Estadual desrespeitar o decreto de 1980 e construir uma superestrutura que até os dias de hoje tem muita dificuldade de integrar ao território em seu entorno e que nunca cumpriu plenamente todas as multifuncionalidades previstas no projeto (Coelho, 2009; Jouve-Villard, 2014). Indo além, as práticas patrimoniais, na década de 1980, apesar de adotarem um tom crítico em vista de re-



## GUSTAVO DE QUEIROZ MESQUITA FARIAS

democratização do país, ainda perpetuavam uma dimensão de patrimônio que encara o passado de uma forma nostálgica, estático, e ignorava ainda as redes de sociabilidade que dão sentido aquele patrimônio (Chuva, 2020). A não existência física da Praça de Onze, destruída para dar lugar a Avenida Presidente Vargas, apesar de seus efeitos nas dinâmicas urbanas dos bairros da Cidade Nova e Catumbi, que ficaram apartados dos outros bairros da região conhecida como Pequena África, não pôs fim às práticas, heranças e histórias da região. Na contramão de tentar garantir moradia popular no centro da cidade, o projeto do Sambódromo acirrou ainda mais o processo de esvaziamento e esfacelamento dessa rede de sociabilidade, que também ajudou a construir o que entendemos por Rio de Janeiro e carnaval. Contradições e ambivalências da Passarela modernista, que tenciona sentidos de passado e futuro, de democracia e direito à cidade.



**Referências**

- ALVES, Rodolfo Texeira. Imprensa, urbanismo e produção de cidade: o processo de urbanização da Barra da Tijuca. In: GUIMARÃES, Roberta Sampaio, et al. (orgs): **Mediações arquitetônicas. Redes profissionais e práticas estatais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2021.
- CARVALHO, Bruno. **Cidade porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Carnaval, ritual e arte**. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2015.
- CAVALCANTE, Mariana. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. Rev. bras. Ci. Soc., 2009 24(69), p. 69–80, fev. 2009.
- CHUVA, M. R. R. (2020). Entre a herança e a presença: o patrimônio cultural de referência negra no Rio de Janeiro. **Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material**, 28, 1-30. <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28d2e50>
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da Folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CUNHA, O. M. G. DA.. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*, v. 10, n. Mana, 2004 10(2), out. 2004.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997 - 6ª Edição.
- GUIMARÃES, Roberta Sampaio, et al. orgs. **Mediações arquitetônicas. Redes profissionais e práticas estatais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2021.
- HOWE C, Lockrem J, Appel H, et al. Paradoxical infrastructures: ruins, retrofit, and risk. **Science, Technology, & Human Values**. 2016;41(3):547-565.
- LARKIN, Brian. A poética e a política da infraestrutura. **Antropológicas**, Ano 24, Vol. 31(2), 2020.
- MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz Antonio. **Samba de enredo: história e arte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- O`DONNELL, Julia; SAMPAIO, Lilian Amaral; CAVALCANTI, Mariana. Entre futuros e ruínas: os caminhos da Barra Olímpica. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.** – Rio de Janeiro – Vol. 13, no 1, jan-abrBR 2020, p. 119-146.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura de. **Carnaval brasileiro: O vivido e o mito**. Brasiliense: São Paulo, 1992
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura de. A ordem carnavalesca. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, vol. 6, n. 1-2, 1994, p. 27-45.



## GUSTAVO DE QUEIROZ MESQUITA FARIAS

SOARES, Mariza de Carvalho. Nos atalhos da memória: Monumento a Zumbi. In: KNAUSS, Paulo (org.): **Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1999. p. 117-135.

### Notícias do Jornal do Brasil

JURANDIR, Carlos. Adeus, Catumbi: A lenta morte do bairro onde morou Capitu. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXXVII, nº 59, **Caderno B**, p.4-5, 6 de junho de 1977.

DEMOLIÇÕES de imóveis para a construção da passarela do samba atinge oito ruas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXXVII, nº 89, 1º **Caderno B**, p.15, 06 de julho de 1977.

MORADORES não sabem quando deixam o Catumbi para dar lugar à passarela do samba. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXXVII, nº 117, 1º **Caderno B**, p.5, 03 de agosto de 1977.

PREFEITO vai construir o “sambódromo” na Cidade Nova. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCII, nº345, 1º **Caderno**, p.8, 23 de março de 1983.

ANARQUISMO moreno. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano XCIII, nº118, 1º **Caderno B**, Informe JB, p.6, 4 de agosto de 1983.

CSN se oferece para fazer arquibancadas do carnaval. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XCIII, nº 149, 1º **Caderno**, p.5, 5 de setembro de 1983.

JAMIL garante que próximo carnaval será no sambódromo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIII, nº 158, 1º **Caderno**, p.6, 13 de setembro de 1983.

GRÓPILO, Ciléia. Avenida do samba: uma passarela em discussão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCIII, nº 159, **Caderno B**, p.1, 14 de setembro de 1983.

SAMBÓDROMO começará a ser construído dia 14. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XCIII, nº 165, 1º **Caderno**, p.6, 20 de setembro de 1983.



